



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA – PROEAD
CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARINA CARLOS CASSIMIRO BARROS

**PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL: implantação e
execução no município de Bananeiras - PB.**

**CAMPINA GRANDE -PB
2014**

MARINA CARLOS CASSIMIRO BARROS

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL: implantação e execução no município de Bananeiras - PB.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica - Gestão Municipal.

Orientador: Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda

CAMPINA GRANDE -PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B277p Barros, Marina Carla Cassimiro
Programa Nacional de Habitação Rural [manuscrito] :
implantação e execução no município de Bananeiras - PB / Marina
Carla Cassimiro Barros. - 2014.
29 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba,
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância,
2014.

"Orientação: Prof^o. José Nilton Conserva Arruda, Secretaria
de Educação à Distância".

1. Políticas Públicas. 2. Déficit Habitacional. 3. Habitação
Rural. I. Título.

21. ed. CDD 352.16

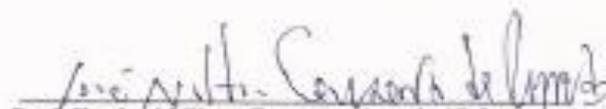
MARINA CARLOS CASSIMIRO BARROS

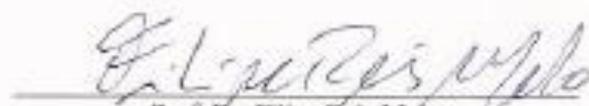
PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL: implantação e execução no município de Bananeiras - PB.

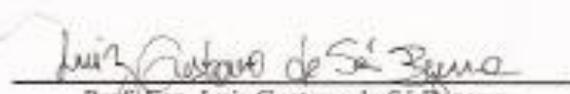
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica - Gestão Municipal.

Aprovada em: 06/12/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Nilton Conserva Arruda (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Filipe Reis Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Luis Gustavo de Sá Bezerra
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, meu esposo e família. Dedico.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	2
2.1	Cronologia do problema habitacional no Brasil.....	3
2.2	Déficit habitacional e a criação das políticas públicas.....	5
3	METODOLOGIA.....	7
3.1	Característica da pesquisa.....	7
3.2	Universo e Amostra.....	8
3.3	Sujeito da pesquisa.....	8
3.4	Estratégia de coleta e tratamento dos dados.....	8
4	PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL.....	9
4.1	PNHR no município de Bananeiras - PB.....	11
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
	REFERÊNCIAS.....	22

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL: implantação e execução no município de Bananeiras - PB

BARROS, Marina Carla C.¹

ARRUDA, José Nilton Conserva²

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido com propósito de compreender o processo de implantação e execução do Programa Nacional de Habitação Rural no município de Bananeiras – PB. A habitação sempre foi uma das necessidades primordiais para o bem estar da família. O déficit habitacional no Brasil chega à casa do 5 milhões. O Estado tem um papel fundamental para conter e reduzir esse dado alarmante através da criação de políticas públicas habitacionais. Em 2009 o Governo Federal cria o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), um dos seus seguimentos é o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com foco nas famílias do campo, pois o déficit rural ocasiona o êxodo, que por sua vez causa o inchamento das cidades. O método utilizado foi à pesquisa, qualitativa de uma análise, exploratória e descritiva, buscando conhecer o processo de implantação do PNHR no município de Bananeiras. O instrumento utilizado na coleta dos dados foi uma entrevista semiestruturada, tendo como sujeito da pesquisa, a Secretaria Executiva de Habitação Municipal, através da secretária Gilvanisa Maia. Os resultados mostram que o PNHR é importante, mas que políticas públicas de agricultura, educação, saúde e segurança rural também sejam criadas. Com tudo a falta de esclarecimento por parte das famílias e a burocracia ocasionam entraves no que diz respeito à documentação exigida pelo programa. A interação entre os gestores, técnicos e interessados na execução do programa possibilitou identificar as necessidades específicas daqueles moradores e encaminhar as soluções mais adequadas.

Palavras-chave: PNHR. Déficit habitacional. Políticas Públicas. Habitação Rural.

¹ Bacharel em Administração pela UFPB;

²Doutor em Filosofia

1 INTRODUÇÃO

A moradia sempre foi problema das classes menos favorecidas, a solução muitas das vezes foi refugiar-se em áreas sem condições salubres e moradias improvisadas, como se podem observar nas favelas.

Desde o fim do século XIX até os dias atuais, a libertação dos escravos, a vinda de imigrantes, o êxodo rural, o crescimento das indústrias, o aumento da população, o desenvolvimento nas grandes metrópoles, todo esse conjunto de fatores resultou no crescente aumento da demanda habitacional, chegando em 2012 a um déficit habitacional de mais de 5 milhões de moradias (IBGE, 2012).

A busca de soluções para ofertar moradia digna a um público com renda limitada se tornou o principal desafio do Estado. Segundo a Constituição (1988) um dos direitos da sociedade é o acesso à habitação. Durante anos muitas ações foram implementadas, planos e programas criados para atender essa demanda.

Para Malpas (2004) a habitação é essencialmente um serviço público de fundamental importância para o bem-estar social, para tanto deve ser oferecido pelo Estado através de políticas públicas. A execução de tais políticas implica conhecer a necessidade de unidades habitacionais que o Brasil precisa.

Para tal, o Governo Federal adotou oficialmente os estudos realizados pela Fundação João Pinheiro (FJP), que faz uso de uma metodologia clara e que condiz com a realidade brasileira, retratando assim, o déficit habitacional existente.

Segundo a Nota Técnica (2014) realizada pela FJP sobre o déficit habitacional entre os anos de 2011 e 2012 mostra que esse valor diminuiu 0,4%, de 5,889 milhões de habitações para 5,792. Nas regiões Sudeste e Nordeste esse índice é alto, chegando a sua somatória, mais de 3 milhões de habitações.

Os programas que hoje existem, como o Minha Casa Minha Vida, tanto para área urbana como para área rural, têm como objetivo garantir moradias para familiares com baixa renda, pois é esse público que, devido às condições mínimas de renda, não pode adquirir um bem como um imóvel, devido ao alto valor de aquisição.

Este artigo tem como objetivo Compreender o processo de implantação e execução do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no município de Bananeiras- PB, programa esse que faz parte do Minha Casa Minha Vida.

Para uma melhor compreensão da execução desse programa será preciso descrever o PNHR; Observar a sua implantação no município de Bananeiras; Identificar a importância desse programa para a população rural do município e analisar os entraves que impossibilitam a implantação do PNHR.

A escolhadesse tema apresentou-se para nós a partir do fato de ter colaborado com a Secretaria Executiva de Habitação, órgão novo, criado no segundo ano de gestão do prefeito Douglas Lucena com o foco em habitação rural do município de Bananeiras – PB.

Tendo acompanhado de perto o trabalho da Gestão Municipal que visa erradicar as casas de taipas e casas em risco da área rural, foi possível observar a importância deste estudo, já que a maior intenção é apresentar a implantação deste Programa Federal no âmbito municipal.

A interação e os benefícios que poderão ser gerados na zona rural do município não foram ainda diagnosticados, havendo, portanto, a necessidade de uma pesquisa avaliativa que descreva o processo de implantação e execução, bem como seus principais entraves.

Ressaltar a importância deste estudo para os gestores que pretendem implantar o PNHR em seus municípios, pois poderá servir como uma cartilha norteadora dos procedimentos necessários.

Vale ressaltar também a importância para o engrandecimento do acervo científico na UEPB, sendo realizado numa área pouco explorada pelos estudantes de Administração Pública.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As categorias teóricas e o percurso histórico aqui apresentado serão tomados como suporte para as posteriores reflexões desenvolvido nesse estudo, elas tematizam o papel das políticas públicas voltadas para o setor habitacional popular que padece há anos com um significativo déficit habitacional. Discorre também sobre a importância do Estado na elaboração e execução de programas habitacionais, procurando, acima de tudo, oferecer embasamento teórico para os objetivos propostos.

2.1 CRONOLOGIA DO PROBLEMA HABITACIONAL NO BRASIL

Para Maricato (1997) os dois principais motivos que levaram ao aumento do índice de habitantes nas cidades, principalmente metropolitana como o Rio de Janeiro, no fim do século XIX, foi o fim da escravidão e a vinda de imigrantes para substituí-los na lavoura. O problema é que nas cidades não havia unidades habitacionais suficientes para suprir essa demanda.

A primeira ação do esforço para atender essa necessidade foi deixar o setor privado responsável por construir tais habitações, porém não surtiu muito efeito, tendo em vista que os lucros não foram como esperados.

A estratégia de tais empresas foi mudar o foco, começando assim a investir na área de construção para a classe alta da sociedade. Restado à classe baixa, se assim desejasse permanecer nas cidades, os cortiços (PECHMAN & RIBEIRO, 1983). Outra alternativa, já que os centros das cidades eram reservados para os ricos, era ocupar áreas de risco, como morros e mangues.

O que se pode observar com tais ações é que o Estado foi ineficaz ao sanar tais necessidades habitacionais, que a cada ano crescia gritantemente. O êxodo rural também foi outro fator que agravou o aumento das cidades, e por sua vez aumentando essa demanda.

A partir da década de 30 os Institutos de Aposentadoria e Pensão começaram a financiar a construção de casas, mas só para quem era associado, deixando de fora a classe baixa que não contribuía com esse Instituto, porém era a que mais precisava. Para o Estado Novo os moradores das favelas eram casos de polícia, essas favelas tinham que ser extintas, devido ao alto risco de doença e a insalubridade do local.

Em 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), esse foi o primeiro órgão nacional cujo foco era a população pobre. Suas ações foram poucas, um dos principais motivos foi à diversidade de funções que lhes atribuíram.

Na década de 50 o avanço industrial e a adaptação das grandes cidades para a circulação de automóveis, concorreram também para aumentar a discrepância entre as classes pobre e média. Os cortiços dos centros das cidades tiveram que ser demolidos, as famílias foram expulsas para áreas inadequadas. Uma das ações realizadas no governo de Juscelino Kubitschek, o fortalecimento da FCP, estimulou a produção de casas populares.

Segundo Azevedo e Andrade (1982) o Estado sempre foi o principal financiador habitacional, porém os recursos para esse setor sempre foram escassos ou insuficientes em

relação à demanda habitacional, de tal forma que não se conseguiu amenizar o problema de escassez de moradia no Brasil.

Em 1964 o FCP foi extinto, no seu lugar foi criado o Plano Nacional de Habitação. Durante os 20 anos de existência do FCP só foram construídas 17 mil unidades habitacionais, número muito baixo se levarmos em conta as suas duas décadas de existência, pois tal cifra representa somente a construção de 850 habitações por ano. O objetivo era dinamizar a economia, desenvolver o país e garantir estabilidade social. Neste período foi criado também o Banco Nacional de Habitação.

Na década de 70 o Sistema Financeiro de Habitação, mesmo com a forte crise econômica do início da década, consegue construir 4 milhões de moradias para a população, as COHAB's (Companhias de Habitação Populares) sofrem uma reestruturação e o foco passa a ser a classe média. Na década de 80 as políticas públicas de planejamento urbano passam a ser descentralizadas, os Estados e Municípios passam a ser responsáveis também por criar ações para diminuir o déficit habitacional existente.

Segundo Demaldi (2003) a década de 90 é marcada pela inter-relação do Brasil com a agenda internacional, trazendo diretrizes para elaboração de uma política habitacional nos moldes internacionais. Neste período, o presidente Collor de Melo cria o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), foram propostas várias metas, mas não houve o êxito esperado.

Também na década de 90 foram criados os programas Habitar Brasil (HB) e Morar Município (MM), nestes a moradia é construída através da ajuda mútua da população. Em 2000 a câmara aprova a lei 10.257 – o Estatuto das Cidades, que segundo Fernandes (2008) a premissa dessa lei é a descentralização e a democratização do processo de planejamento urbano e garantir a devida função social da propriedade e sua regulação.

Entre 2003 e 2010 foram realizadas ações significativas na área habitacional. Foi criado o Ministério das Cidades e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Seu principal objetivo é reduzir significativamente o déficit habitacional, estimular a geração de emprego e fazer com que a população contribuísse na construção dessas ações. Foi lançado no ano de 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida e até os dias atuais é o principal programa para atender a demanda das famílias que ganham até 10 salários mínimos.

Quando foi criado o PMCMV a meta era construir um milhão de moradias, um investimento que alcançaria a cerca de 34 bilhões de reais, beneficiando assim famílias cuja renda chegasse até 10 salários mínimos.

Para Azevedo & Andrade (1982) a habitação com o passar dos anos se tornou problema do Estado e também um aquecedor da economia, tendo em vista que todos os programas desenvolvidos tenham como protagonista a iniciativa privada.

Por sua vez o que chama atenção é a descontinuidade destes programas e planos, pois frequentemente se constata que a falta de articulação entre União, Estados e Municípios se constitui no principal entrave para o sucesso dessas políticas públicas e tem como resultado a persistência do déficit habitacional. Outro fator que tem sido considerado como gerador de dificuldades é a parceria com o setor privado, principal ganhador das reservas financeiras destinadas a construção de habitações populares.

2.2 DÉFICIT HABITACIONAL E A CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O que conceitua o déficit habitacional é a inexistência de moradia suficiente para um grande segmento da população, ocasionada por falta de unidades habitacionais, por moradias inadequadas, por número elevado de famílias que vivem de aluguel ou coabitam com outros familiares. Todos esses fatores são levados em conta quando se quer fazer o levantamento do déficit habitacional.

Anualmente a Fundação José Pinheiro (FJP) apresenta esses valores, que são usados oficialmente pelo governo brasileiro. A FJP é uma instituição governamental de pesquisa e ensino, criada na década de 60, esta vinculada a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Contribui significativamente para o desenvolvimento nacional produzindo dados estatísticos e indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais.

O Ministério das Cidades, especificamente, os usa para avaliar as políticas habitacionais existentes, e a partir desses dados busca aprimorar suas políticas e quando necessário criar outras que venham amenizar esse quadro de déficit no Brasil. De acordo com a FJP:

O estudo se constitui em novo avanço no esforço contínuo para oferecer instrumental cada vez mais sofisticado de intervenção no espaço urbano a dois destinatários: os diversos níveis de governo e todos os demais que, de maneira direta ou indireta, interagem tanto com as políticas habitacionais stricto sensu (construção de novas unidades habitacionais), como com aquelas que possuem forte ligação com elas: infraestrutura e saneamento básico, reforma e ampliação de casas, gestão metropolitana, políticas sociais e meio ambiente, entre outras (FUNDAÇÃO JOSÉ PINHEIRO, 2013,11).

A eficiência da metodologia usada pela Fundação José Pinheiro é referencial na área de habitação. As bases para os dados são advindas da pesquisa de domicílio realizada pelo IBGE conhecidas como PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), e buscam retratar o mais próximo possível a realidade brasileira.

Os estudos realizados pela FJP levam em consideração dois tipos de déficit: déficit por reposição dos estoques de habitação e o déficit por incremento de estoque. O primeiro toma como base as moradias precárias, as casas de taipa, por exemplo, habitações sem estrutura que promovam a segurança e tragam risco à saúde. Para enquadrar uma casa neste tipo de déficit é realizada uma avaliação para ver a real situação do imóvel, pois muitas das vezes será preciso fazer a substituição por completo da habitação.

Na metodologia usada pela FJP o déficit por incremento de estoque contempla:

Os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar e dois tipos de domicílios alugados: os fortemente adensados e aqueles em que famílias com renda familiar de até três salários mínimos pagam 30% ou mais da sua renda para o locador. (FUNDAÇÃO JOSÉ PINHEIRO, 2013,14).

Os componentes do déficit habitacional analisados são: domicílios precários (improvisados e rústicos); coabitação familiar (cômodos, famílias conviventes); ônus excessivo com aluguel, adensamento excessivo de domicílios alugados. Na Nota Técnica lançada em 2014 a Fundação José Pinheiro mostra os componentes que mais contribuíram para o déficit habitacional no ano de 2012:

A composição do déficit habitacional em 2012 mostra que o componente com maior peso no déficit é o ônus excessivo com aluguel respondendo por 2,660 milhões de unidades ou 45,9% do déficit, seguido pela coabitação com 1,865 milhões de domicílios ou 32,2%, habitação precária (883 mil ou 15,3%) e adensamento excessivo em domicílios alugados (382 mil ou 6,6%). Essa distribuição relativa é diferente apenas na região Norte onde o componente domicílios precários tem um peso maior do que o ônus excessivo com aluguel. (FUNDAÇÃO JOSÉ PINHEIRO, 2014, 6 e 7)

Cada vez mais as famílias comprometem parte da sua renda com habitação, que a cada ano cresce significativamente; além do mais, e frequentemente essas habitações alugadas não oferecem o conforto desejado, pois as moradias construídas para aluguel estão diminuindo constantemente os seus metros quadrados.

Como em cada região do Brasil o déficit habitacional se relaciona de modo diferente com seus fatores explicativos, cada um assumindo peso diverso no incremento do déficit habitacional, a análise dessas informações é fundamental na tomada de decisão, na formulação das políticas públicas, como também no acompanhamento e avaliação das já existentes. Cada

nível de governo usará essas informações de acordo sua capacidade de ação, visando sempre à diminuição desses índices.

O que fica claro é que as famílias de baixa renda são as que mais sofrem com a falta de habitação e durante os anos passados as políticas criadas deixaram de lado esse segmento da população. Agora os olhares e as ações estão se voltando para elas, porém muito ainda precisa ser feito, tendo em vista que a burocratização também se torna um entrave para aquisição de moradia.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Dadas as características do objeto estudado como problemática a ser tratada cientificamente, foi utilizada o método exploratório. Possibilitando a verificação particular de fatos e fenômenos ligados aos: Programa de Habitação, Políticas Públicas, Gestão Municipal, chegando-se a explicação mais concreta e geral sobre a realidade estudada.

Com esse método foi possível compreender o processo de implantação do PNHR no município de Bananeiras-PB. Neste estudo utilizaram-se as considerações de Moura Castro (1977), que aponta a “metodologia como um conjunto de regras como proceder no curso da investigação”.

O estudo exploratório, conforme apontam Selltiz et. al. (1974), tem como objetivo: “familiarizar-se com um fenômeno ou conseguir nova compreensão deste, nos casos em que o conhecimento é muito reduzido”; Quanto aos meios, tratou-se de pesquisa bibliográfica e de campo.

A metodologia da pesquisa constou de duas etapas principais. A primeira etapa constituiu-se em uma pesquisa e revisão bibliográfica, fornecendo elementos que serviram para conceitualização e como instrumento para a etapa seguinte. Na segunda etapa foi feita uma pesquisa de campo, que forneceram dados para a verificação do tema proposto.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada junto à Secretaria Executiva de Habitação, responsável por fazer essa ligação entre o Governo Federal e a população que necessita de residência na zona rural. Para que o PNHR possa ser realizado num determinado município é necessário ter um órgão municipal responsável, denominada Entidade Organizadora.

3.3 SUJEITO DA PESQUISA

Sujeitos de uma pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados de que se necessita para a conclusão do trabalho. (VERGARA, 2004). Neste estudo em específico, a secretária Executiva Gilvaniza Maia disponibilizou as informações necessárias para a elucidação questão-problema deste estudo.

3.4 ESTRATÉGIAS DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

O procedimento para obtenção de dados relacionados ao foco de estudo, requereu o uso de documentação direta e documentação indireta. No que se referem à documentação direta, todos os fatos e fenômenos relacionados ao tema.

A entrevista semiestruturada proporcionou contato mais direto com os sujeitos envolvidos no estudo, facilitando o registro verbal das informações necessárias.

No que diz respeito à utilização de documentação indireta, a pesquisa bibliográfica perpassou todos os momentos da pesquisa como elemento fundamental para embasamento das questões e dados estudados.

Foram privilegiadas as publicações em boletins, jornais, revistas, teses, livros, monografias, sites exclusivos, entre outros, como reforços paralelos na análise dos dados e na construção de propostas em relação ao objeto de estudo.

Os dados coletados provenientes das pesquisas bibliográficas, documental e do campo foram submetidos a um tratamento seletivo no que diz respeito à qualidade.

4 PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado no ano de 2003, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, sendo uma das categorias pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Tem como objetivo a construção ou reforma de unidades habitacionais localizadas no setor rural, pertencentes às famílias que trabalham com agricultura familiar, produtores rurais ou comunidades tradicionais, visando à diminuição do déficit habitacional rural, bem como o êxodo rural.

Segundo a Cartilha do PNHR, disponível no site do Ministério das Cidades, a meta até 2014 era produzir ou reformar cento e vinte mil unidades habitacionais distribuídas em todo território nacional, em que setenta mil seriam nos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A cartilha do PNHR lançada pelo Banco do Brasil (2013) elenca as diretrizes do programa, entre elas: as habitações tem que ter soluções para abastecimento de água, rede de esgoto e energia elétrica que esteja de acordo com a realidade da região; os projetos arquitetônicos não podem fugir do padrão regional e está adaptável para uma futura ampliação; deve dá prioridade às mulheres responsáveis pela família, as famílias em situação de emergência; levar em consideração a sustentabilidade ambiental; contempla parcerias com assistência técnica e trabalho social;

Para que este programa possa acontecer estão envolvidos no processo: o gestor da aplicação - Ministério das Cidades; o Ministério da Fazenda responsável pelo repasse dos recursos; a Caixa Econômica Federal, como agente financeiro e as entidades organizadoras, que podem ser as cooperativas, associações, sindicatos ou o próprio poder público.

Os recursos para execução deste programa são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) - subsídio e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) -financiamento. Os valores subsidiados variam de acordo com a região brasileira. O público alvo desse programa tem obrigatoriamente que ter a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) e enquadrar no seguinte critério:

Agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais com renda mensal bruta anual até R\$ 60.000,00, segundo os três grupos de renda: Grupo 1: famílias com renda bruta anual até R\$ 15.000,00

são atendidas com subsídio integral; Grupo 2: famílias com renda bruta anual de R\$ 15.000,01 a R\$ 30.000,00 são atendidas com o financiamento da moradia ou reforma, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, recebendo desconto de R\$ 7.610,00 (sete mil, seiscentos e dez reais) vinculado ao financiamento, com subsídio para a assistência técnica e para complementar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento da moradia; Grupo 3: famílias com renda bruta anual até R\$ 30.000,01 a R\$ 60.000,00 são atendidas com financiamento da moradia ou reforma, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e com subsídios para complementar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento da moradia. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Cartilha PNHR, 1 e 2)

Para que esses recursos possam ser liberados é preciso seguir todo um processo, em que a entidade organizadora (EO) tem papel fundamental. Elas são responsáveis por apresentar o projeto, organizar e indicar os beneficiários, promover ou produzir as habitações, acompanhar e monitorar a execução das obras e executar um trabalho social junto às famílias, visando o desenvolvimento da comunidade. Proporcionando aos moradores rurais meios para a sua permanência no campo.

Contudo, estas entidades só podem ser as organizadoras se não tiverem restrições, uma delas é não ter restrição no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (CADIM) e ser sem fins lucrativos. Segundo a cartilha fornecida pela Caixa Econômica Federal, também inclui entre outras:

Entidade Organizadora com projeto vinculado a programas do FGTS e PSH com obras paralisadas, atrasadas ou não iniciadas há mais de noventa dias; Entidade Organizadora relacionada, direta ou indiretamente, com operações contratadas junto à caixa com vício de construção pendente de solução. (CARTILHA PNHR, CAIXA ECONÔMICA)

Todas estas informações são importantes para que o programa possa ser bem executado, com isso evite corrupção ou extravio dos recursos. É formado também um conselho composto pelos beneficiários, eles serão como fiscalizadores da obra e também irão gerenciar os recursos financeiros que serão disponibilizados para o projeto. Suas principais atribuições:

a - acompanhar as atividades de compra, recebimento e distribuição de material de construção; b - acompanhar a emissão de notas fiscais pelas lojas de material de construção; c - emitir, mensalmente, declaração a ser entregue à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme modelo pré-estabelecido; d - declarar, junto à CAIXA, a destinação dos recursos liberados para pagamento da mão-de-obra utilizada no empreendimento; e - solicitar, à CAIXA, conforme normas do PNHR, a liberação dos recursos mantidos sob gestão da CAIXA; f - declarar, junto à CAIXA, sua responsabilidade

conjunta com a entidade, com relação aos eventuais débitos existentes junto ao(s) Fornecedor(es); (MANUAL DO PNHR, 2012, 18)

Outro benefício agregado ao PNHR é a construção de cisternas, as famílias que se enquadram no grupo 1 (Famílias com direito a subsídio integral, renda anual de até 15 mil) poderão solicitá-las junto a Entidade Organizadora. Essas cisternas serão construídas em regiões que sofrem com a escassez de água e a estiagem. Os recursos para as construções de cisternas provem do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

De acordo com a cartilha do Ministério das Cidades a previsão é produzir quarenta mil cisternas agregadas ao PNHR. Para que a família seja contemplada, a Entidade Organizadora repassa a relação dos que precisam, para o agente financeiro.

As cartilhas disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal Banco do Brasil e Ministério das Cidades descrevem detalhadamente todas as atribuições das EO, dos Agentes financeiros, o repasse e a gestão dos recursos, esclarece quais famílias podem participar do Programa, quais os documentos necessários, o regime de construção das residências. A contrapartida, caso a família se enquadre no grupo 2 (Renda entre 15 e 30 mil) e 3 (Renda entre 30 e 60 mil), pois o grupo 1 terá subsídio integral da construção ou reforma.

Esses documentos dão o passo a passo para a implementação do Programa em uma determinada região ou cidade. O processo até chegar à execução das obras se torna um trabalho minucioso, tendo em vista a triagem que será feita e o número de documentações que precisam ser levantadas, tanto dos beneficiários, como da entidade organizadora e do projeto da construção em si.

4.1 PNHR NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS – PB

A cidade de Bananeiras está localizada na microrregião do Brejo paraibano, com 141km de distância da capital; área territorial de aproximadamente 258 km²; densidade demográfica de 84,72 hab/km² e IDH em 2010 de 0,568. O município tem um contingente populacional de aproximadamente 22 mil habitantes, sendo que 60% encontram-se na zona

rural e 71,59% de sua economia é oriunda, segundo os dados do IBGE (2010), do setor de serviços.

Segundo Rodriguez et al. (2002) as características naturais são marcantes da região brejeira. Destacada de rico potencial natural, a cidade de Bananeiras está situada a 556 metros de altitude, com temperatura média anual de 22°C chegando a atingir 15°C entre os meses de maio a agosto.

O município já foi o segundo maior produtor de café da região Nordeste no fim do século XVIII, e já se destacou na produção de cachaça e rapadura, além de outros produtos agrícolas. No apogeu dos ciclos produtivos, era conhecido como município entre os mais ricos da Paraíba.

A cidade de Bananeiras, atualmente, é reconhecida como uma cidade turística, seu potencial natural, cultural e arquitetônico destacou o município entre os demais na região do brejo, este potencial se transformou em atrativos turísticos atraindo ao município turista de varias regiões do Brasil, como também estrangeiros. Com a maioria de seus atrativos localizados na zona rural.

Devido ao seu potencial turístico, nos últimos nove anos o município vem chamando atenção da mídia. Jornais escritos e eletrônicos, canais de televisão divulgam frequentemente Bananeiras. Varias reportagens já foram feitas tanto sobre a localidade, os pontos turísticos, os empreendimentos que estão sendo construídos, a consequência desta divulgação é o aumento do fluxo de turistas.

A gestão local vem usando esse potencial turístico para gerar emprego e renda, fazendo com que a população permaneça no município, diminuindo assim, a emigração. Vários empreendimentos surgiram, entre condomínios, restaurantes e hotéis, não só na zona urbana, como também na zona rural.

Pode ser destacado o projeto que construirá uma fabrica de beneficiamento da Tilápia e outra para produção de ração, tendo em vista que nos últimos anos o município se destacou na produção de Tilápia, segundo dados da Secretaria de Agricultura do Município são mais de 1 tonelada de peixe por ano. Empreendimento este que será instalado na zona rural e beneficiará as famílias ao seu entorno.

O município ainda tem característica rural, pois como foi mostrada a maior parte da população habita no campo, muitas vivem de renda do programa Bolsa Família, mas ainda cultivam para sua subsistência. Por mais que o município esteja com boa parte do seu

território em área do brejo, onde a ocorrência de chuvas é mais frequente ajudando assim, a lavoura; uma porcentagem se encontra no Curimataú, região com menor índice de chuva, onde para cultivar se torna mais complicado, devido o baixo nível de água.

Neste artigo o objetivo maior é relatar como ocorreu a implantação do PNHR neste município. Para isso, os procedimentos explicados nas cartilhas do PNHR vão ser confrontar, através de entrevista realizada com a secretária Gilvaniza Maia, responsável pela Secretaria executiva de Habitação do município de Bananeiras – PB.

A primeira pergunta feita a secretária foi sobre o surgimento da Secretaria Executiva de Habitação, o porquê de sua criação, as ações que já realizaram. Segundo Gilvanisa “A Secretaria Executiva de Habitação é a casula das Secretarias. Foi criada no início do mês de fevereiro do corrente ano. Tendo como intenção facilitar o processo relativo à aquisição de casa própria, por parte dos moradores rurais, que se inserem no PNHR”.

Sua criação foi com o intuito de ser a Entidade Organizadora no município de Bananeiras, isso porque, o programa PNHR só pode ocorrer numa determinada cidade se tiver essa entidade. Ela relatou que na gestão anterior foi executado o PMCMV, com construções de moradias na zona urbana. O projeto tinha como nome PMCMV etapa 1, as habitações foram construídas na cidade alta e entregue as famílias com baixa renda. Não existia uma Secretaria específica para o assunto habitacional, ficado sobre a responsabilidade da Secretaria de Administração.

Percebendo a necessidade por habitação também na zona rural, onde ainda existem casas de taipa o gestor atual, Douglas Lucena, viu uma oportunidade de implantar o PNHR, o principal motivo de sua criação, contudo paralelo a esse trabalho na zona rural, esta sendo realizados trabalhos também na zona urbana.

“A Secretaria já está com oito meses de atuação, uma demanda bastante expressiva, agente esta aqui justamente para facilitar essa coleta de informações necessária para o processo, documentos, orientações diversas, para que assim as pessoas possam ter pelo menos um espaço garantido que facilitará esse diálogo, essa orientação e esses encaminhamentos necessários para aquisição de moradia”. De acordo com a cartilha PNHR da Caixa Econômica a Entidade Organizadora, neste caso a Prefeitura de Bananeiras faz a ponte entre a população que necessita de moradia e a entidade financiadora.

A secretaria através do seu trabalho detectou várias moradias em condições precárias, porém esse número não se torna maior, pois o governo municipal em outros momentos

desenvolveu ações, em parceria com Governo Federal e Estadual, na reforma de casas. “Para ter ideia, a primeira ação desta Secretaria foi realizar o cadastro, para levantamento da demanda habitacional rural. Um número de 140 famílias cadastradas, necessitando de habitação. Sendo que para esse primeiro lote só podem ser construídas ou reformadas no máximo 50 casas”.

“Não estão incluídos os moradores de assentamentos rurais, os agregados dos titulares, tendo em vista que alguns assentamentos, como Santa Vitória, não receberam ainda o título da terra, pois se já estivesse de acordo com a documentação exigida, o número demandado de habitação subiria para mais de 500 famílias. São 14 áreas de assentamento no nosso município, que também tem famílias necessitando de habitação. Muitos destes assentamentos ainda não podem participar por falta deste documento.”

É preciso considerar a realidade de que o número de famílias que moram em área de assentamento, é expressivo. E as condições das habitações que elas vivem não garante o bem estar necessário, pois são familiares de até terceiro grau que vivem agregados aos arrendatários destas áreas, construíram com suas próprias mãos casas de taipa para poder viver. E por motivo de falta do documento que comprove a posse da terra pelos titulares, não estão aptos a participar do PNHR. Os processos públicos passam por um processo burocrático que só afeta negativamente as pessoas que precisam de algum tipo de benefício.

“É importante que o governo repense e acelere o processo de concessão destes títulos para que no futuro breve esses agregados dos assentamentos rurais possam também participar do PNHR”. No momento eles compartilham a mesma necessidade que outros moradores rurais, porém o entrave é essa burocratização na oficialização dos documentos de posse.

Abrindo um adendo para falar sobre a zona urbana, pois muitas destas famílias que viviam na zona rural estão emigrando para a cidade, tendo como consequência o aumento do déficit na cidade. “Para ter uma ideia, estão sendo construídas 50 unidades habitacionais pelo MCMV, etapa 2, contemplando assim, 50 famílias. Juntamente com esse projeto, já temos outro em andamento”.

“Serão construídas 84 unidades habitacionais. E já temos uma demanda de 248 famílias, já cadastradas. Uma das dificuldades é conseguir terreno para mais construções”. Uma das causas é conseguir lugar para construção, pois nos últimos anos o valor da terra subiu consideravelmente, segundo o setor de tributos da Prefeitura de Bananeiras, um terreno

8x20 metros, há 6 anos atrás valia aproximadamente quatro mil reais, hoje esse valor triplicou.

Quando o Governo Federal criou o Programa MCMV foi com intuito de aquecer a economia, através do setor imobiliário, porém não criou ações para frear os valores dos terrenos e imóveis. Pode ser observado com isso, mais um obstáculo para aquisição de moradia pela classe baixa.

O processo de cadastro iniciou segundo Gilvanisa com um levantamento através de uma consulta junto ao pessoal da comunidade, “líderes comunitários, presidentes de associações, agentes de saúde, animadores de grupos eclesiais, lideranças políticas. O intuito era fazer um levantamento das áreas que mais estavam precisando de habitação, pois estas pessoas conhecem bem a realidade local. Com isso foi feito um levantamento prévio da carência habitacional por região. Logo depois, a nossa equipe foi à rádio de maior abrangência – Integração do Brejo, informar sobre o projeto e convidar a população destes setores para irem até a Secretaria fazer o cadastramento”.O trabalho articulado com outras entidades e representações só tem a fortalecer o projeto.

Usou-se também panfletos, carros de som para poder propagar a informação e em março iniciou de fato o cadastramento. De acordo com Gilvanisa as dificuldades maiores iniciaram nesse momento, devido às irregularidades documentais das famílias, que surgiram no processo. “O programa exige que as pessoas que vão requerer o beneficiamento garantam que o terreno não tem problema perante a justiça. Contudo, o que mais surgiu foram os seguintes casos: não ter escritura da terra, mesmo morando há mais de 20 anos; atraso de ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural); documentações com nomes e datas erradas; pessoas desconfiadas, achando que o governo queria tomar a terra, essa desconfiança partia mais dos idosos; terras que pertencem a Diocese ou que foram doadas pelos grandes proprietários rurais no período que Bananeiras se destacava na produção de cana de açúcar; pessoas analfabetas precisando de um procurador para assinar. Foram várias as situações que surgiram”.

“E nós, enquanto Entidade Organizadora, fomos muito além das nossas atribuições, tanto do que diz respeito à regularização da documentação necessária, como nos casos de desconfiança, fizemos todo um trabalho de conscientização. Isso porque, muitas das vezes as famílias não tinham o esclarecimento devido para providenciar certos documentos. Todas essas situações foram entraves e ainda estão sendo, pois além de atrasar o processo, elimina famílias da lista dos beneficiados”.

O que pode ser observado é que alguns dos entraves parte do beneficiado, que não tem o esclarecimento necessário quanto à importância de guardar seus documentos, preservar e manter atualizados quanto a sua validade. “Para se ter uma ideia, no início foram 120 famílias cadastradas, concorrendo a um lote de 50 unidades habitacionais, porém devido a esses entraves documentais, só foram mandados para Caixa Econômica 48 cadastros. Só essas estavam de acordo com as exigências estabelecidas pela portaria que rege o PNHR”.

“Dessas famílias que ficaram de fora, estamos ajudando a regularizar a situação de 60 beneficiados, para fazer o segundo lote. As pendências quase sempre são as mesmas, e como falado anteriormente, nós enquanto Entidade Organizadora, contribuimos para viabilizar essas documentações. Digo que é um efeito muito positivo do nosso trabalho. De documentação de terra a pendências no judicial, a prefeitura arcou com determinados custos, como expedição de documento e as procurações”.

“Podemos dizer que já há um balanço positivo, pois ajudamos a regularizar essas documentações. Temos uma parceria muito boa com várias entidades necessárias para essa regularização, como Sindicato, Emater, Cartório e Diocese, isso contribuiu significativamente, para que pudéssemos entregar no prazo, o primeiro lote e já esta perto de encaminhar o segundo lote. Só fortaleceu ainda mais essa ação para que o PNHR tenha êxito aqui no município”.

“No caso, por exemplo, de famílias que moravam em terras da Diocese, foi preciso que o Bispo responsável, emitisse uma declaração autorizando o uso da construção, junto com isso tiveram testemunhas também que comprovaram que tais famílias já moravam ali há vários anos. O processo transcorreu de maneira positiva”.

“O primeiro lote foi encaminhado para Caixa Econômica, estamos esperando o resultado das aprovações. Junto com o setor jurídico que nos assessora, a análise que fizemos deste primeiro processo é positivo, os desafios a nós apresentados, no que diz respeito, a documentação do beneficiado e da terra, conseguimos resolver”.

Após aprovação, vem à fase de execução das obras em paralelo a um trabalho social, como informado nas Cartilhas disponibilizadas tanto pelo Ministério das Cidades, com Entidade financiadora. “É uma exigência do programa, pois essas ações sociais visam o fortalecimento das organizações sociais, neste caso as famílias e sua comunidade. O governo entende, e acho que isso é interessante, que as famílias devem fortalecer o laço social, não se limitando aos conhecimentos que já se tem, mas adquirir mais conhecimento no que diz

respeito a: agricultura sustentável, novas formas de manejo da terra, orientações das mulheres para o beneficiamento da matéria prima do local, visando um aumento na renda destas famílias”.

Foi pedido para que ela elencasse as três maiores dificuldades encontradas nesse primeiro processo de implantação do PNHR em Bananeiras, segundo Gilvanisa a primeira grande dificuldade é sobre a regularização da terra. “Para se ter ideia, uma das famílias morava na propriedade há mais de trinta anos, e não tinha um documento sequer, que comprovasse de quem era a terra, não há documento que comprove. A vezes se tem documento, mas é preciso se ter o número de CPF. Realmente o nosso trabalho se torna investigativo”.

“Outra questão se trata das pendencias de determinada família junto a Receita Federal, como o nome no CADIM, por ter feito empréstimo e não ter conseguido cumprir com as responsabilidades financeiras. Para isso é preciso fazer uma renegociação, tornando-as aptas novamente para concorrer ao benefício e por ultimo problemas com documentos pessoais. Essas seriam as três principais dificuldades que encontramos no processo”.

É importante criar critérios para participação de programas sociais, contudo se faz necessário observar a realidade dessas famílias, em que muitas das vezes só tem o programa bolsa família como renda; o que cultiva não dá nem para consumo; são famílias numerosas com mais de quatro pessoas; não tem o esclarecimento necessário, com isso muitas das vezes são vitimas de charlatões, comprometendo sua renda com empréstimos. As realidades encontradas nas comunidades de interior de regiões como o Nordeste precisam ser bem analisadas, para que ao invés de serem entraves, sejam criadas oportunidades para melhorar a realidade dessas famílias.

No que se refere à habitação popular esse programa é uma parceria do Governo Federal com o municipal, não limitando a participação também da esfera Estadual. Foi perguntado a Secretária se há alguma participação do Governo Estadual. Segundo Gilvanisa, no momento não. Em outras gestões já houve a participação da esfera Estadual na diminuição do índice de déficit habitacional do município e outra ação que esta secretaria esta buscando é a parceria com o Governo Estadual, para trazer mais programas voltados para o setor, tendo em vista que o Estado já vem atuando constantemente na realização de projetos no município.

Depois da década de 90 onde houve a descentralização e democratização do processo de planejamento urbano e habitacional, as gestões Estaduais e Municipais tem uma

responsabilidade maior e papéis fundamentais, dando continuidade a ações, através de parcerias para atender essa demanda habitacional por parte das famílias de classe baixa. É importante que a sociedade exija que recursos públicos sejam investidos também em habitação, não como último plano, pois habitação é uma necessidade importante, além de garantir segurança, promove o bem estar e contribui com a saúde.

“Aqui em Bananeiras nos anos de 2007 e 2010 foram construídas habitações e parceria com o Governo Estadual. Nosso objetivo é fazer com que esse fluxo de ações neste setor de habitação seja contínuo”.

Sobre as famílias que participam do projeto, foi constatado que quase 100% participam de algum programa social, como o Bolsa família. “Geralmente quem vem procurar ajuda para aquisição de moradia, nesse padrão oferecido pelo MCMV, são pessoas de baixa renda. Há famílias que não tem nem um salário mínimo completo, muitas das vezes a renda principal é o Bolsa Família”.

Há viabilidade de um projeto como esse ser executado no município de pequeno porte como Bananeiras, mesmo com os entraves que apareceram durante o processo? “Sem dúvida há viabilidade, sabe-se que o município de Bananeiras é predominantemente rural, então eu diria que há um diálogo grande entre o urbano e rural. A maioria da população da cidade é oriunda do campo.”

“O que ocorre é que se essas pessoas da zona rural tem um apoio por parte dos Governos, de permanecer no campo, morando com dignidade, tendo condições para produzir e se manter com a renda gerada dessa produção. Esses programas passam a ser determinantes para que estas pessoas continuem no campo. Contudo, só o programa de habitação não se torna suficiente, é preciso que outras políticas públicas possam ser criadas, dando condições e valorizando essas pessoas que há muito tempo foram esquecidas, mas que são de fundamental importância. Pois é do campo que sai a alimentação para os pratos das famílias que moram na zona urbana”.

“O importante desse programa é que as pessoas do campo não se sintam excluídas das ações que os governos desenvolvem. Muitas das vezes as famílias buscam morar na cidade, para poder ter acesso a determinados benefícios que não chegam à zona rural, como habitação”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo permitiu que se fizesse uma análise sobre a implantação do PNHR no município de Bananeiras – PB. Constatou-se que o Programa é válido para amenizar e até extinguir o déficit habitacional rural, mas só este não é suficiente para atender a necessidade do homem do campo.

Esse programa PNHR vem como uma alternativa de frear o êxodo rural, dando condições para que as famílias permaneçam no campo, mas é preciso que ações conjuntas a essas também possam acontecer e tenham continuidade. É preciso que o recurso financeiro destinado para esse programa seja ampliado e conjuntamente políticas públicas na área de educação, saúde, segurança e agricultura sejam criadas, dando condições para que a população rural queira permanecer no campo.

Foi observado o papel fundamental da Entidade Organizadora (EO), neste caso a Prefeitura Municipal, a importância de se ter um pessoal capacitado, pois suas atribuições foram além das exigidas, realizando também função investigativa, em que as parcerias só te a engrandecer o processo. Durante os oito meses de existência da Secretaria Executiva de Habitação, as ações foram focadas para que as famílias rurais que necessitam de habitação tivessem com a documentação viável para aprovação pela Entidade Financeira (Caixa Econômica Federal).

Foi identificado que os maiores entraves estavam relacionados à documentação pessoal e da terra, identificou-se com isso que a falta de esclarecimento por parte das famílias e a burocracia são fatores que causam lentidão no processo e até a eliminação destas, do grupo de beneficiados. Nessa etapa a Secretaria (Entidade Organizadora) também teve que arcar com alguns custos para resoluções destes entraves.

É importante dar condições para que as Entidades Organizadoras, não só em cidades grandes, mas principalmente em cidades do porte de Bananeiras ou menor, ao se deparar com os problemas identificados, tenham o mesmo êxito que a Secretaria teve em resolver tais entraves. E que o Gestor de Aplicação (Ministério das Cidades) estude estes entraves, use a burocracia no seu conceito correto, ampliando ainda mais sua a área de atuação, chegando realmente a quem mais precisa.

Tendo acompanhado de perto o trabalho da Gestão Municipal que visa erradicar as casas de taipas e casas em risco da área rural de Bananeiras, foi possível observar a importância de um contato direto com a população interessada, pois a intenção de apresentar e implantar este Programa Federal no âmbito municipal esbarrou em dificuldades bem peculiares àquela população. A interação entre os gestores, técnicos e interessados na execução do programa tem uma consequência direta nos benefícios que poderão ser gerados nas habitações da zona rural do município, pois possibilitou identificar as necessidades específicas daqueles moradores e encaminhar as soluções mais adequadas.

**NATIONAL PROGRAM FOR RURAL HOUSING: implementation and execution in
the municipality of Bananeiras – PB**

BARROS, Marina Carla C.³

ARRUDA, José Nilton Conserva⁴

ABSTRACT

This article was developed with purpose to understand the deployment process and implementation of the National Rural Housing Program in the city of Bananeiras - PB. Housing has always been one of the primary requirements for the welfare of the family. The housing deficit in Brazil is the home of 5 million. The state has a key role to contain and reduce this alarming by creating public housing policies. In 2009 the Federal Government creates the MCMV Program (MCMV), one of its segments is the National Rural Housing Program (PNHR), focusing on the families of the field, because the rural deficit causes the exodus that in turn causes swelling of cities. The method used was the research, qualitative analysis of an exploratory and descriptive seeking for the PNHR the deployment process in the municipality of Bananeiras. The instrument used in data collection was one semi-structured interview, with the research subject, the Executive Secretariat for Municipal Housing, through Gilvanisa Maia desk. The results show that the PNHR is important, but that public policies of agriculture, education, health and rural safety will also be created. With all the lack of clarification on the part of families and the bureaucracy cause barriers with regard to the documentation required by the program. Showing what role the Organizer is of fundamental importance to reach the public that really needs housing in the countryside

Keywords: PNHR. Housing deficit.Public Policy.Rural Housing.

³ Bacharel em Administração pela UFPB;

⁴Doutor em Filosofia

REFERÊNCIAS

A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Disponível em:

<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>

AZEVEDO, Sérgio. **A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90.** In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1996.

Caderno 4 do ministério das cidade – habitação: disponível em:

<http://minhateca.com.br/allprado/Consult/Camara/32++Politica+Habitacional/Caderno+MCidades+4+-+Pol*c3*adica+Nacional+de+Habita*c3*a7*c3*a3o,2727272.pdf>

Cartilha do PNHR do banco do brasil. Disponível em:

<<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/CartilhaPNHR.pdf>>

Cartilha caixa econômica. Disponível em:

<http://www.teiadigital.com.br/Central2.0/images/Site_6/PNHR%20PPT.pdf>

Déficit habitacional municipal no Brasil. / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2013.78p. Acesso:<<http://www.fjp.mg.gov.br>>

Demanda habitacional no Brasil / Caixa Econômica Federal. - Brasília : CAIXA, 2011.

Acesso em 27de outubro, disponível em:

<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/documentos_gerais/demanda_habitacional.pdf>

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses.** 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010.* Belo Horizonte, 2013.

Ibge 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250150&search=||infoгр%El ficos:-informa%E7%F5es-completas>>

Manual do programa PNHR pela caixa. Disponível em

:<http://www.contag.org.br/imagens/f2201cartilha_pnhr.pdf>

MARICATO, Ermínia. **Brasil 2000: qual planejamento urbano?** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

MALPAS, P.; **Housing and the new Welfare State.**Conference Transforming Social

Housing. Sheffield: Hallam University, HSA Abril, 2004. Disponível em:
<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/nucleos/NPQV/Relatorio_IEQV/habitacao.pdf>

MOURA CASTRO, Cláudio de. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Macgraw Hill, 1977.

Nota Técnica Déficit Habitacional no Brasil Anos 2011 e 2012. Centro de Estatística e Informações – CEI. Belo Horizonte, maio de 2014.

Disponível em:<<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>>

PECHMAN, Robert M.; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão da moradia**. Coleção Primeiros Passos, n°92. São Paulo: editora Brasiliense. 1983)

Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 2012.

Programa minha casa minha vida. Disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/cartilha_pnh_2.pdf>

RODRIGUEZ, Janete Lins; et al. **Atlas escolas da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Grafset, 2002.

SELLTIZ, Claire et. al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Edusp, 1974.